

Arrocho salarial continua...

Até quando?

Fotos: Daniel Garcia



O Fórum propõe... e os reitores tergiversam

Em novembro passado, o Fórum das Seis mostrou que era viável um reajuste emergencial de 10% no salário de dezembro de 1999 e no 13º. Nesta rodada de negociações, tendo em conta a evolução da receita das universidades, argumentamos que era possível um reajuste imediato nos nossos salários, independentemente do que irá acontecer em maio de 2000.

Os números divulgados pelo próprio Cruesp estão sintetizados na tabela ao lado.

Comprometimentos com a folha (%)

	Janeiro	Fevereiro	Até Fevereiro
1995	70,89	99,59	82,65
1996	76,60	90,04	82,60
1997	79,77	94,25	86,20
1998	94,74	107,71	100,70
1999	111,01	101,47	106,10
2000	68,35	80,39	73,80

91,6% - Média do comprometimento no primeiro bimestre nos últimos 5 anos

83,77% - Média do comprometimento no primeiro bimestre em 95, 96, 97.

O comprometimento acumulado médio no primeiro bimestre de 2000 é de apenas 73,8%, enquanto que o

valor médio no período de 1995 a 1999 é de 91,6%. Assim, mantendo a mesma média dos últimos cinco anos,

poderíamos ter um reajuste de 24%. Tomando a média dos comprometimentos mais baixos nos últimos cinco anos (removendo 1998 e 1999), obtemos 83,77%. Se os reitores estivessem dispostos a alcançar essa média, o reajuste poderia ser de 14%.

É incontestável que um reajuste emergencial significativo era possível.

Que razões podem ter os reitores para permanecer insensíveis e irredutíveis perante a grave situação salarial de professores e funcionários?

Assembléia no dia 16. Compareça!

Para enfrentar a intransigência do Cruesp, é indispensável a mobilização dos docentes. Daí por que a sua presença é fundamental na próxima assembléia da Adusp, no dia 16 (quinta-feira), às 17 horas, no auditório da Geografia. Na pauta, a definição de nossas reivindicações na próxima data-base.

DATA-BASE 2000

Qual é a nossa perda salarial?

Temos divulgado dados que mostram que, pelo ICV-DIEESE, o salário de janeiro de 2000 equivale a 75% daquele de maio de 1995. Na verdade, a nossa perda salarial é a somatória de toda a diferença entre o valor real do salário de cada mês e o de maio de 1995. Ou seja, corresponde à área mais escura no gráfico ao lado.

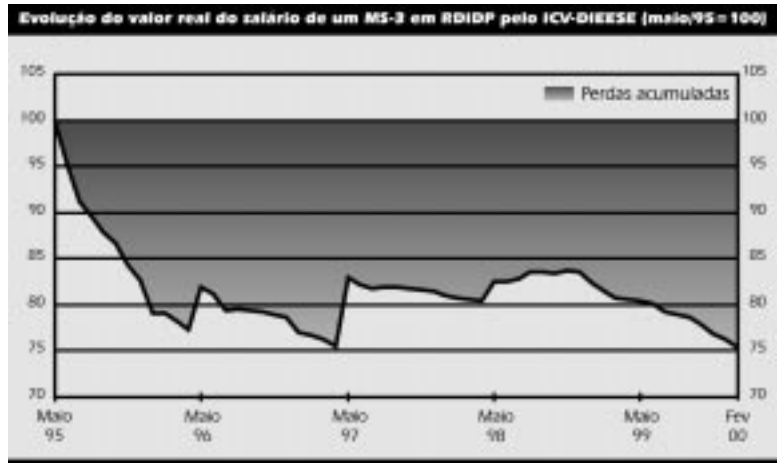
Pelo ICV-DIEESE, a área acima é de 11,45 salários de maio de 1995 (que é 33% maior do que o atual).

Em resumo: nos últimos cinco anos, um MS-3 trabalhou 11 meses e 21 dias de graça, em valores de maio de 1995. Em valores de hoje, trabalhou, sem receber, mais de 15 meses!

Não é surpresa que a qualidade de vida tenha piorado tanto!

Além disso, está caracterizado o financiamento da universidade pela perda salarial de professores e funcionários.

Quando reivindicamos gatilho, ou reajustes mais freqüentes, estamos justamente tentando evitar taxas absurdas de apropriação do nosso salário que, paulatinamente, destroem o tecido acadêmico da universidade. A reversão dessa tendência está nas nossas mãos, dependendo de uma reação forte e organizada de docentes e funcionários.



Alternativas de índice

As entidades do Fórum estão discutindo a pauta de reivindicação da data-base desse ano e as alternativas abaixo, referentes ao índice de reajuste, estão sendo debatidas:

1 Atualização da reivindicação de maio de 1999. Estimativa: 27% (atualização inflacionária pelo ICV-DIEESE dos 16,4% de maio de 1999)

2 Recuperação imediata de maio de 1995. Estimativa: 33% (ICV-DIEESE)

3 Recuperar maio de 1999 mais 15% de perdas passadas. Estimativa: 25% (ICV-DIEESE)

4 Política salarial de recuperação aos níveis de maio de 1995 com pelo menos 20% de reajuste na data-base.

Congregação do IG movimentada-se em defesa de docentes ameaçados

Prosegue, no Instituto de Geociências, a movimentação em defesa de quatro docentes ameaçados pela CERT com a "possibilidade de mudança do regime de trabalho" para RTC (e até RTP). Uma comissão da Congregação, encabeçada pelo diretor e pelo vice-diretor do IG, deverá marcar para os próximos dias uma reunião com o reitor, com a finalidade de apresentar a posição do IG sobre esse caso.

No entendimento da Congregação, a avaliação realizada pela CERT deixa de considerar o reconhecido envolvimento institucional desses profissionais no conjunto das atividades de ensino, pesqui-

sa e extensão — em exercício permanente no RDIDP desde os anos 80 e efetivados por concurso público para cargo de professor neste mesmo regime após nomeação pelo reitor, em 1997. Além disso, a Congregação considera que o clima de intranquilidade hoje existente desestimula o trabalho acadêmico.

No dia 1º de março, os chefes dos departamentos do IG reuniram-se com a CERT para tratar do caso, sem que se registrasse avanço na posição desta comissão. O Departamento de Mineralogia e Geotectônica, em reunião anterior, já havia reafirmado a necessidade de permanência desses docentes em RDIDP.

Congregação da EEF aprova renovação do contrato de Kátia

A Congregação da Escola de Educação Física aprovou, no dia 24 de fevereiro, a renovação do contrato da professora Kátia Rubio, do Departamento de Esporte. Em fins do ano passado, a EEF deixou de renovar o contrato da professora, embora seu relatório de atividades tivesse sido aprovado pelo Conselho Departamental.

No dia 29, o Conselho acatou a decisão da Congregação, deliberando, porém, que o contrato deverá ter apenas um ano de duração em RDIDP. A praxe na EEF, no entanto, é de que os contratos de doutoran-

dos sejam renovados por dois ou três anos. Kátia iniciou seu doutorado em março de 1999.

A Congregação voltará a se pronunciar sobre o caso em sua próxima reunião ordinária, podendo rever o período do contrato.

O Departamento de Esporte da EEF tem vários professores contratados a título precário, sujeitos portanto a constrangimentos como o ocorrido nesse episódio.

A Adusp continuará a defender, por meio de sua assessoria jurídica e de propostas de atuação política, os direitos de seus associados.

A incrível ascensão do ministro Paulo Renato junto aos reitores da USP, Unesp e Unicamp

Apesar de veementemente reiterada pelos reitores durante recente reunião do Cruesp, está cada vez mais difícil enxergar independência de políticas entre o MEC e as reitorias das universidades estaduais paulistas. Parece que os reitores, talvez buscando um *day after* nas suas carreiras, afinaram o discurso com o MEC. Índícios já havia desde a adesão, de primeira hora, à proposta do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) no meio do ano passado. Naquela ocasião, a incorporação da nota do ENEM ao vestibular, defendida de forma vigorosa pelas reitorias, conferiu uma aparente respeitabilidade àquele exame.

Em recente publicação, *A Presença da Universidade Pública*, vários indicadores de desempenho são apontados para justificar a importância da universidade pública e gratuita. Alguns deles claramente demonstram que, apesar da diminuição do número de professores e funcionários nas estaduais paulistas, houve um aumento significativo em publicações, orientações de mestrados

e doutorados, cursos de extensão e número de cursos e alunos. Em suma, a dita, no jargão econômico, produtividade aumentou de modo expressivo nos últimos anos. Lamentavelmente, os salários sequer se mantiveram no mesmo patamar, tendo perdido significativo poder aquisitivo no período.

ma da previdência. Com o atual reitor já tendo completado mais da metade do seu mandato, os tímidos avanços obtidos não são suficientes para resgatar as perspectivas otimistas de alguns no início dessa administração.

A mistura de um discurso aparentemente progressista com uma prática tradicional

tável. Certamente, poderá haver distorções aqui e ali, mas seria impossível alcançar tão expressivos indicadores, como os apontados na publicação acima mencionada, sem um engajamento massivo do corpo de funcionários técnicos-administrativos e docentes.

No âmbito da avaliação interna, fala-se de comparar nossos feitos e indicadores com aqueles de universidades do primeiro mundo, mas se esquecem de que o salário e as condições de trabalho são de quarto mundo. Ao difundir a crença de que com mais pressão haverá maior produção, os reitores apontam para prêmios em grande estilo de incentivo à competição desenfreada, iniciativa tão duramente questionada nos meios educacionais.

Para demonstrar coerência com a defesa da universidade pública, a Reitoria tem que sinalizar com uma política de recuperação dos salários a curto prazo, intransigente defesa do ensino público gratuito em graduação e pós-graduação e o fim das perseguições praticadas pela CERT.

A mistura de um discurso aparentemente progressista com uma prática tradicional e conservadora corrobora o sentimento de que a reitoria não tem como prioridade a valorização do corpo docente. A comparação com o governo FHC é inevitável

Em recente artigo de jornal, o ministro Paulo Renato também enaltece a qualidade das universidades federais, nada dizendo sobre a inexistência de reajuste salarial nos últimos cinco anos.

Desde a última eleição de reitor aqui na USP, há um consenso sobre o desânimo que paira entre muitos docentes pela combinação de arrocho salarial, desrespeito da reitoria nas avaliações via CERT e as incertezas quanto ao contrato precário e refor-

e conservadora corrobora o sentimento generalizado de que a atual reitoria não tem como prioridade a valorização do corpo docente. Parece, isto sim, interessada em estabelecer uma nova prática gerencial no trato de recursos humanos, cujas linhas mestras ainda não se explicitaram concretamente, mas parecem indicar que o problema não é de verbas mas sim de mau uso delas. Aqui, de novo, a comparação com o governo FHC é inevi-

Atendimento Jurídico

Os sócios podem consultar o advogado sobre qualquer questão administrativa, trabalhista ou mesmo pessoal. A consulta é gratuita. Marque seu horário, envie questões, sugestões e críticas.

Plantões na Capital:

Quartas-feiras, das 9h às 13h.
Telefones: 818-4465/818-4466/813-5573.
Fax: 814-1715. E-mail: juridico@adusp.org.br

Plantões em Ribeirão Preto:

Segundas e quartas-feiras, das 10h às 12h.
Telefones: (016) 633-7878 e 602-3520.
Fax: (016) 633-8066.
E-mail: juridicorp@adusp.org.br

Continuamos maltratados...

A USP tinha dinheiro e podia dar um reajuste emergencial, isso todo mundo já sabe. Com um pouco de boa vontade a Reitoria poderia ter adiantado o pagamento do salário de fevereiro para sexta-feira, 3 de março. Mas resolveu pagar só na quarta-feira de cinzas... (sem ironias!) Será que os bancos foram compreensivos com o seu cheque especial?

Comunicado não traz novidade

No fechamento desta edição, recebemos um comunicado do Cruesp, datado de 3 de março, em que não se aponta nenhuma proposta concreta de política salarial. Reafirmam-se os termos já divulgados em nossos informativos. O texto completo do comunicado pode ser obtido no site da Adusp no endereço: <http://www.adusp.org.br/noticias/comcruesp.htm>

“Descaso e despreparo dos reitores”

Participantes falam sobre a reunião com o Cruesp ocorrida no último dia 28

Vandey Pinto da Silva

Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Unesp.
Participou da reunião como convidado da Adunesp

“Os docentes esperavam dos reitores, do Cruesp, uma proposta efetiva de reajuste salarial. Acontece que eles simplesmente des- conversaram, não apresentaram nada. Diziam que fariam um estudo sobre o reajuste, mas isso não foi feito. A categoria esperava uma sinalização positiva tendo em vista que, neste ano, há espaço razoável no orçamento, pois cresceu a arrecadação de ICMS.

Estamos prevendo, especialmente no Campus de Marília, uma mobilização forte que vai se opor frontalmente a essa política de descaso dos reitores. Neste momento, os recursos que deveriam ser destinados para os docentes estão, na verdade, financiando outros investimentos na universidade. O que não é justo. A categoria com certeza vai se mobilizar.

A reunião deixou a impressão do descaso para com os trabalhadores das universidades, a impressão de que os reitores estão, por outro lado, apostando em uma possível desmobilização, que vá ficar por isso mesmo. Acredito que a resposta dos funcionários e docentes das três universidades será direta e forte, exatamente para demonstrar que essa aposta na desmobilização vai gerar uma crise muito grande para os reitores enfrentarem”.

José Vitório Zaço

Diretor da Adunicamp

“Da reunião com o Cruesp não saiu nada. Foi uma frustração muito grande, porque os reitores tinham assinado um documento, comprometendo-se a discutir, nessa reunião, um reajuste de emergência referente à data-base de 1999. Infelizmente, os reitores não vieram com nada, mas os dados que eles apresentaram mostram que existe uma folga muito grande dos recursos da universidade. Daria para ter um reajuste emergencial.

Também não apresentaram nada em relação à pauta — perspectivas de política salarial — que eles mesmos propuseram. Demonstraram despreparo e um descaso com as entidades. Tanto quanto os reitores, nós não temos tempo a perder para ficar discutindo abobrinhas. Foi uma reunião muito ruim. A gente espera que isso não volte a ocorrer.

Vamos fazer uma plenária ampliada dos trabalhadores das universidades e assembleias gerais nos diversos *campi*. Dependendo da presença nas assembleias e da mobilização, poderemos fazer manifestações no dia da entrega da pauta, 1º de abril, e um dia de paralisação. Evidentemente, se for necessário, se não houver resposta adequada dos reitores, poderá haver greve a partir de maio”.

Edmilson de Nola Sá

Coordenador político do Sintunesp

“A reunião com o Cruesp foi, na verdade, uma reunião inútil. Nunca, na nossa história, nós pudemos presenciar uma reunião tão sem vida por parte dos nossos reitores. Existia um elemento muito forte presente na pauta — perspectivas de política salarial — para a qual fomos chamados que era traçar, discutir e perceber qual era a proposta dos reitores.

Evidentemente, nosso sentimento é o pior possível porque os reitores disseram: ‘Não temos perspectiva nenhuma, proposta nenhuma’. Não ocorreu discussão. O sentimento que ficou para nós é que os reitores estão esperando o futuro dos investimentos na universidade enquanto a categoria, que também constrói a universidade, fica vivendo o seu dia-a-dia sem qualquer tipo de certeza do que vai acontecer.

A nossa condição para participar da reunião foi a de que, finalmente, depois de décadas, poderíamos estabelecer algo de concreto, objetivo e respeitoso, no sentido de estabelecermos uma política salarial. Fomos lá efetivamente para discutir isso e não discutimos qualquer tipo de proposta. Na verdade, os reitores não nos respeitaram, estão traçando uma estratégia pouco inteligente e desrespeitosa tratando a comunidade dessa maneira”.



João Raimundo Mendonça de Souza

Diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp

“Foi uma reunião de muita enrolação, os reitores não apresentaram nada. Foi um descaso com as entidades representativas dos trabalhadores, docentes e funcionários. E eles tinham todas as condições para apresentar uma proposta de reajuste salarial, de política salarial. Hoje, a universidade tem uma situação financeira favorável.

Eles chamaram a reunião para discutir perspectivas de política salarial para o ano 2000 e nem isso fizeram. Então foi uma reunião de brincadeira, não levaram a sério o papel que deveriam ter tido na reunião que era de, efetivamente, discutir com as entidades.

Esperamos que os trabalhadores do ensino superior respondam a isso com bastante mobilização, e vamos trabalhar para isso, realizar reuniões, assembleias, para que, se os reitores não apresentarem uma proposta que recupere as perdas, possamos ter mobilização, inclusive greve”.

Denise Rykala

Diretora do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza

“A impressão mais forte da reunião com o Cruesp é que os reitores têm a pretensão, ou esse é o plano deles, de cortar a isonomia. Dar prêmios para alguns, depreciar outros e quebrar com isso os próprios sindicatos e a unidade do Fórum das Seis. A gente tem que ir à luta, não há outro caminho. Temos que preparar a greve, eu não vejo outra resposta que se possa dar. Se não dermos uma resposta, vamos ficar muito enfraquecidos e eles colocarão em prática o que estão planejando.

É uma política que vem de Fernando Henrique Cardoso com os federais e de Mário Covas aqui no Estado de São Paulo. Agora os reitores resolveram assumir de vez essa política. Eles vinham fazendo isso cadenciadamente, mas agora resolveram ‘mostrar as garras’ e estão indo para cima. Se não dermos uma resposta, vamos ficar como os federais, como os funcionários do Estado de São Paulo. Vamos precisar responder. Temos que construir essa luta. Não vejo outra saída senão um movimento grande e forte, que chegue às ‘vias de fato’ de uma greve”.